

Carta de Itabirito sintetiza encontro sobre violência contra mulher

29/8/2012 - Foi concluído hoje (29), com aprovação da “Carta de Itabirito”, o Seminário “A Lei Maria da Penha e o Aumento da Violência contra a Mulher”, promoção da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) e Associação dos Aposentados e Pensionistas do setor do Vestuário de Belo Horizonte (Asapvest).

O encontro foi realizado em Itabirito, num hotel fazenda, e reuniu quase 200 aposentadas e trabalhadoras. Na programação, a palestra inicial foi proferida por Celso Pimenta, Diretor Nacional de Seguridade Social da NCST e Advogado, que falou sobre “Previdência Social - Fator Previdenciário, desaposentação e empréstimo consignado”. Ele representou o presidente da CNTI, José Calixto Ramos. A prof^a. **Tásia Maria Lemos Ferreira (foto)**, Antropóloga e Mestre em Educação, abordou o tema “Juventude na Terceira Idade”.

Em seguida, a vereadora por Belo Horizonte e primeira delegada de Polícia da Delegacia Especializada da Mulher de Minas Gerais, Elaine Matozinhos, tratou sobre “A Lei Maria da Penha”. O primeiro dia do encontro terminou com um debate, aprofundando a questão da violência contra a mulher. O encaminhamento dessa discussão foi realizado por Christina Diniz Meira, do Conselho Estadual da Mulher / MG; Ana Lúcia de Souza Carvalho, da Associação Eclética dos Aposentados e Pensionistas (Aseaprevs) e por Sônia Maria Zerino da Silva, diretora da Secretaria para Assuntos do Trabalho da Mulher, do Idoso e da Juventude – CNTI.

O segundo dia do evento começou com palestra de **Sônia Zerino (foto)** sobre o “Idoso Enquanto Provedor da Família” seguida por **Warley Martins Gonçalves (foto)**, presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), que discorreu sobre “Os ataques e a defesa da Previdência Social Pública”. Ao final dos trabalhos, foi colocada em debate e aprovada a Carta de Itabirito, com reivindicações às autoridades federais, estaduais e municipais quanto a providências de prevenção e combate à violência contra a mulher.

A presidente da Asapvest, Maria Almeida Silva Marques, fez o encerramento oficial com agradecimentos pela grande presença e participação de tantas mulheres, representando dezenas de entidades de todo o Estado. Ela destacou o empenho e apoio da CNTI, por intermédio de seu presidente José Calixto Ramos, da Nova Central Sindical e da Federação dos Trabalhadores no Vestuário para viabilizar o evento.

Maria Almeida agradeceu também a colaboração da Federação dos Aposentados e Pensionistas (FAP/MG), na pessoa de seu presidente Robson de Souza Bittencourt; e todos os palestrantes, em especial a Tásia Lemos Ferreira, pela sabedoria que ela transmite com muita sensibilidade às platéias.



Seminário: **A LEI MARIA DA PENHA E O
AUMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Realização:



CARTA DE ITABIRITO

Mulheres Trabalhadoras, Aposentadas e Pensionistas do Plano da CNTI - Minas Gerais, reunidas no Seminário com o tema "A Lei Maria da Penha e o Aumento da Violência contra a Mulher", realizado nos dias 28 e 29 de agosto de 2012, no balneário Rio de Pedras, Itabirito/MG, avaliaram a realidade brasileira onde milhões de mulheres continuam sendo vítimas de agressões físicas, morais, psicológicas e financeiras, apesar dos rigores e da grande divulgação da Lei Maria da Penha, decidem apresentar a seguinte **Carta de Reivindicações** às autoridades:

Que todos os esforços sejam realizados pela aplicabilidade na **íntegra da Lei Maria da Penha**, considerando as graves consequências sociais e o grande número de mulheres vítimas de violência;

Requeremos urgência no pleno funcionamento das **Delegacias Especializadas da Mulher** aos finais de semana, considerando serem estes os dias em que a violência é mais praticada, além de criação e instalação das DEAMS nos municípios onde ainda não existem, inclusive com funcionamento do IML nessas repartições;

Que todos os Deputados Federais e Senadores **votem contra toda e qualquer proposta de corte nas pensões do INSS**, como já anunciado pelo governo, lembrando que este é um benefício previdenciário de extrema importância econômica e social para viúvas e viúvos, as quais o governo tenta desqualificar e reduzir, com informações distorcidas e jocosas, como se as exceções absurdas fossem a regra. O corte de direito nas pensões fere a Constituição;

Que na prevenção e combate à violência contra a mulher, as autoridades dêem especial atenção às **mulheres negras e àquelas com deficiência física ou mental**, que são duplamente marginalizadas e, por isso, merecem tratamento específico;

De forma análoga, reivindicamos especial atenção contra a **violência praticada à mulher idosa**, que tem sido vítima constante de abuso sexual, mesmo em idade avançada, também pressionada e violentada por filhos e netos que usurpam os benefícios por elas recebidos. Vitimada também na questão dos empréstimos consignados que sacrifica sua própria existência. Reivindicamos que os bancos que realizam estes empréstimos se comprometam a investir em campanhas de esclarecimento e em ações efetivas de combate a essa violência econômica, valendo-se de parcerias com os conselhos e entidades representativas dos aposentados e pensionistas;

Insistimos na urgente necessidade de **qualificação de todos os profissionais** que atuam com mulheres vitimadas, de maneira destacada quanto aos policiais civis e militares, os primeiros a socorrer as vítimas, bem como em relação a profissionais de Postos de Saúde, de modo que se ponha fim definitivamente ao agravamento da violência.

Exigimos que a União, Estados e Municípios adotem urgentes medidas para **instalação dos Conselhos Municipais da Mulher em todos os municípios**, considerando que estes são importantes instrumentos de conscientização e de mobilização social;

Parabenizamos a implantação em Minas Gerais do **projeto "A Lei Maria da Penha vai às Escolas"**, direcionada a alunos dos ensinos Fundamental e Médio, inclusive utilizando cartilhas didáticas, reivindicando que a iniciativa seja estendida de forma breve a todas as escolas públicas e privadas, como forma de prevenção e de educação de jovens e crianças quanto ao respeito e carinho com as mulheres;

Afirmamos a necessidade do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e de demais estados a **instalarem Juizados Especializados de Atendimento às Famílias**, em especial nos municípios de grande e médio porte, visando dar rápido encaminhamento às ações da área. De pouco ou nada adianta avanços assegurados na Lei Maria da Penha se as ações judiciais ficarem paralisadas por anos seguidos;

Referendamos as **35 recomendações** aprovadas, em 08/08/2012, pela **Comissão Especial da Assembleia Legislativa de Minas Gerais** que investigou a violência contra a mulher no Estado, solicitando verdadeiro empenho do Legislativo mineiro pela integral implementação dos itens aprovados e ainda que estudos similares sejam incentivados nas demais casas legislativas estaduais;

De maneira especial, reivindicamos a **criação de secretarias da mulher nas entidades sindicais e associativas**, que ainda não trabalham esse recorte, nas quais ainda é muito tímida a participação da mulher nos cargos de direção de maior relevância nessas instituições;

Reivindicamos à COBAP, à CNTI, à NCST e demais entidades nacionais interessadas, a criação de um **Fórum Permanente para estudos**, avaliação, proposição e luta em prol dos direitos da mulher aposentada e pensionista, em especial aqueles vinculados à Previdência e à Seguridade Social, que se constituem no mais amplo sistema de assistência e de amparo da população brasileira, pilares fundamentais na preservação e ampliação da dignidade humana.

Reafirmam, por fim, que um país como o Brasil, a 6ª maior economia mundial e que se pretende incluir entre as nações desenvolvidas, deve urgentemente tomar todas as medidas possíveis e imagináveis para extirpar a violência contra a mulher.

Viva As Mulheres!

Viva O Povo Brasileiro!

2012.

Itabirito/MG, 29 de agosto de